



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERNESTINA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PARECER JURÍDICO

Encaminhamento: Comissão de Licitações

Ementa: Parecer jurídico sobre o processo licitatório nº 11/2023 – PREGÃO PRESENCIAL - Contratação de empresa fornecimento MATERIAL HIDRÁULICO, ELÉTRICO E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

RELATÓRIO

O Município de Ernestina deflagrou processo licitatório de nº 11/2023 – PREGÃO PRESENCIAL, tendo como objeto a contratação do objeto descrito na ementa acima.

Após a sessão de recebimento de documentação e propostas realizadas no dia 14 de março de 2023, sobreveio ofício da Comissão de Licitação, solicitando parecer jurídico sobre a possibilidade de se ter constatada a licitação fracassada, haja vista, que se verificou que os interessados não preencheram efetivamente os requisitos estipulados pelo edital.

É o breve relatório.

PARECER

Nos casos de licitação fracassada na qual persiste o interesse da Administração na contratação, não há que se falar em revogação do certame, haja vista, que esse ato, também utilizado para desfazimento de licitação, deverá ocorrer por motivos supervenientes da conveniência e oportunidade, conforme dispõe o Art. 49 da Lei nº 8.666/93.

Destarte, uma licitação quando fracassada deve simplesmente assim ser declarada, vale dizer, o resultado final do certame e seu encerramento se dão por meio administrativo, praticado por autoridade competente, simplesmente declarando a licitação fracassada.

Cabe lembrar que a Administração Pública deve rever seus atos a fim de verificar se não há cláusulas ou condições restritivas à competição e, sendo detectado qualquer vício de legalidade, deverá a Administração anular o certame, realizado novo procedimento, sem os vícios detectados na anterior.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ERNESTINA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, o parecer é pela declaração de Licitação Fracassada no sistema, devendo ainda, pelo princípio da publicidade, publicar o ato. Persistindo o interesse pelo objeto e analisada a conveniência e oportunidade, deverá repetir-se o certame, atendidas as disposições legais.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Ernestina, RS 20 de março de 2.023.

LUIZ ALBERTO SALLES FRUET
Procurador Jurídico do Município
OAB/RS 30.985

JULGAMENTO:

Considerando o parecer jurídico retro, acolho a recomendação na íntegra, a qual passa a fazer parte integrante deste julgamento e **DETERMINO SEJA DECLARADO FRACASSADO o Processo Licitatório nº 11/2023, Pregão Presencial.**

Publique-se, intime-se, cumpra-se.

Ernestina-RS, 20 de março de 2.023.

RENATO BECKER
Prefeito Municipal

